



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA - ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE).**

VILMA GONÇALVES DE CASTRO

ALEXÂNIA

2015

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA - ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE).**

VILMA GONÇALVES DE CASTRO

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à disciplina de Projeto 5 –
fase I do Curso de Pedagogia –
Faculdade de Educação – FE –
Universidade Aberta do Brasil – UAB-
Universidade de Brasília – UNB.

ALEXÂNIA

2015

Ficha Catalográfica:

CASTRO, Vilma Gonçalves de. Educação Inclusiva- Atendimento Educacional Especializado (AEE), na rede Municipal da Cidade Alexânia Goiás/GO de Novembro de 2015. 60 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UNB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.
FE/UNB-UAB

EDUCAÇÃO INCLUSIVA - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à disciplina de Projeto 5 –
fase I do Curso de Pedagogia –
Faculdade de Educação – FE –
Universidade Aberta do Brasil – UAB-
Universidade de Brasília – UNB.

Membros da Banca Examinadora

Orientadora: Professora Dra. Andréia Mello Lacé

Faculdade de Educação (UAB/UnB)

Professor Msc. Gilberto Vieira Rios

Faculdade de Educação (UAB/UnB)

Professora MsC. Lívia Silva de Sousa
(Secretaria de Educação do GDF)

ALEXÂNIA 2015

RESUMO

Considerando a legislação brasileira, que assegura o ensino de estudantes com deficiência pelo princípio de igualdade de direitos e de oportunidades, e diante da expansão e o acesso de alunos com necessidades especiais nas classes comuns; o estudo partiu da observação do contraste principalmente no que diz respeito à educação inclusiva e à capacitação do professor para o exercício na educação inclusiva e/ou atendimento Educacional Especializado (AEE). Buscou-se o levantamento de dados das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais e a promoção de discussões em torno das políticas públicas que tratam de tão relevante e complexa temática. Nesse sentido, o estudo optou pela abordagem qualitativa da pesquisa de natureza descritiva, possibilitando abordagem e investigação mais apuradas da realidade estudada, contribuindo para um maior aprofundamento da discussão e análise dos dados. Os dados obtidos, por meio de pesquisa documental e questionários, revelaram que, apesar dos avanços obtidos ao longo da história, a educação inclusiva perante políticas públicas sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais apresenta, na realidade, dados indicando que ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que faltam recursos básicos (o que dificulta o trabalho do professor), sendo eles: a formação continuada do educador (para intermediar o ensino e a aprendizagem e possibilitar um pouco de autonomia aos educandos), materiais pedagógicos, estrutura física como salas de recursos e acessibilidade adequadas para o que o processo inclusivo e o atendimento educacional especializado efetivados na escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva- Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dedico esse trabalho aos meus professores e tutores, que estiveram comigo ao longo de minha vida acadêmica, contribuindo para a minha formação educacional, pessoal e profissional, à minha família pelo apoio, a todos os meus amigos, que sempre acreditaram em minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela minha vida e saúde, pela oportunidade de realizar um sonho, e por ter colocado pessoas especiais ao longo do meu caminho, por ele ter sido a minha fortaleza e refúgio nos momentos difíceis.

À minha mãe, Maria Gonçalves de Castro, uma referência de mulher batalhadora, guerreira, simples e amorosa. Pela dedicação e paciência para comigo, mesmo diante de todas as dificuldades, acreditou em minha capacidade. Ao meu pai Jezu José de Castro, já falecido.

Aos meus irmãos Joilton e Vanusa, pelo apoio em todas as horas, às minhas sobrinhas Amanda e Letícia, que me ensinam muito sobre o amor, ao meu cunhado Jorge que é um irmão para mim.

Aos meus amigos pelo carinho e dedicação, que me mostraram que estudar na Universidade de Brasília era possível e que eu era capaz.

A todos os professores e tutores que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal, que me fizeram acreditar que eu sou agente da minha própria história.

Agradeço a minha orientadora Professora Dra. Andréia Mello Lacé, pela oportunidade de contar com a sua orientação e confiança, pelo seu paciente trabalho de revisão de redação, sem os quais não teria sido possível a elaboração deste trabalho. Agradeço ao Professor Msc. Gilberto Vieira Rios pelas suas correções, incentivos empenho e dedicação, e por contribuir para o meu crescimento.

Sumário

MEMORIAL EDUCATIVO

1. LEMBRANÇAS: Pensamentos enraizados na memória..... 10
2. O PERCURSO NA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA 13

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 16

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO 19

1. A educação e a educação especial nas legislações 19

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA 27

2. CONTEXTO DA PESQUISA 27

- 2.1 HISTÓRICO DA ESCOLA 28

- 2.2 DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO 29

- 2.3 CORPO DISCENTE 31

- 2.4 PARTICIPANTES 32

- 2.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS 32

CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 33

- 3.1 Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP)..... 33

- 3.2 Concepção de Educação:..... 33

- 3.3 Concepção de Conhecimento:..... 34

- 3.4 Concepção de Professor: 35

- 3.5 Concepção de Aluno: 36

- 3.6 Concepção de Avaliação: 38

- 3.2 Análise sobre o atendimento Educacional Especializado (AEE). 39

- 3.3 Dados relacionados ao censo escolar: 41

- 3.4 Aspectos gerais sobre as salas de recursos multifuncionais, organização e acessibilidade do espaço escolar. 41

- 3.5 Análise do processo de inclusivo na escola 42

- 3.6 Análise de como ocorre à inclusão dos alunos que apresentam alguma deficiência. 43

- 3.7 Análise das dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais. 44

CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO CAMPO DA PEDAGOGIA 48

REFERÊNCIAS 49

1. Utilizadas no Memorial 49

2. Utilizadas na Monografia 49

APÊNDICE 1 - Roteiro da Análise documental e da observação..... 50

APÊNDICE 2 - Questionário aplicado aos professores..... 51

ANEXO 1 – Carta de Apresentação..... 53

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Elza Maria da Costa..... 55

ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Célia Lopes Saraiva. 57

ANEXO 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Iasmim Urani da Silva..... 58

ANEXO 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Ivana Pereira Abrantes.....	58
ANEXO 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Vanessa de Araújo Rodrigues	60

MEMORIAL EDUCATIVO

1. LEMBRANÇAS: Pensamentos enraizados na memória

Pensar na minha origem me fez refletir o que sou hoje, as barreiras e os desafios que tive de enfrentar para chegar até aqui, e que ainda estão presentes no meu dia a dia.

Meu nome é Vilma Gonçalves de Castro, a minha mãe me contou que o meu nome foi escolhido pelo meu padrinho Geraldo, amigo do meu pai.

Nasci em 09 de julho de 1974 em uma fazenda no município de Alexânia-GO. Já se passaram quarenta e um anos do início da minha história.

Sou solteira, não tenho filhos, sendo a primogênita da minha família, tenho um irmão chamado Joilton e uma irmã chamada Vanusa, meu cunhado Jorge, e duas sobrinhas Amanda e Letícia que são os amores da minha vida.

Meu pai era mineiro e a minha mãe uma goiana, chamados Jezo e Maria, sendo ele lavrador e a minha mãe do lar.

Fui educada na fé católica e a minha infância foi cercada de muitos cuidados, quando eu tinha um ano e cinco meses, tive poliomielite que me deixou como seqüela, um encurtamento na perna direita.

Os meus primeiros anos de escola foi em um colégio de freiras chamado Educandário São José em Alexânia – Go, hoje extinto. Aos seis anos de idade, me recordo da alegria de ir para a escola, não tive dificuldades para ser alfabetizada pela irmã Maria das Graças de quem guardo somente boas recordações.

As freiras me tratavam com muito carinho e sempre tinham uma atenção especial comigo. Participava de quase todas as atividades, e quando não era possível, devido aos riscos de me machucar relacionada à minha dificuldade de locomoção, elas sempre davam um jeito para que eu não ficasse de fora das brincadeiras.

Esse olhar de carinho e atenção foi fundamental para o meu desenvolvimento ao longo da minha vida. Nesta escola estudei até a segunda série do ensino fundamental, entre os anos de 1979 a 1981.

Passado esse período, meus pais tiveram que se mudar para a zona rural no município de Alexânia-Go e não me lembro de que ano era, lá havia uma escola

precária no meio do pasto e distante da minha casa.

Eu tinha que ir a pé junto com o meu irmão, me lembrando de que eu tinha muito medo das vacas que ficavam perto da escola. Nessa escola da Zona Rural chamada de Escola Estadual Santa Rosa no município de Alexânia, as séries eram todas juntas, chamadas de multisseriadas, isso dificultava a nossa aprendizagem.

Para mim foi uma mudança de realidade muito grande, pois sai de uma escola particular que tinha vários recursos, para uma que não tinha quase nada, nenhum material didático que estimulasse o nosso desenvolvimento. Nessa nova escola o objetivo era somente as boas notas, sem nenhuma preparação para uma visão crítica da vida e do conhecimento.

Tempos depois nos mudamos novamente para cidade de Alexânia – GO no ano de 1984, quando comecei a cursar a 5^o série fundamental, para logo em seguida parar devido a um acidente que tive, machucando minha perna - o que me impedia de ir à escola. Quando retomei os meus estudos refazendo a 5^o série tive que estudar no período noturno, fiz na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA - ensino supletivo chamado “Projeto Saturnus”.

Nesse período teve o falecimento do meu pai. Era eu quem, durante o dia tinha que cuidar de casa e dos meus irmãos mais novos, para que a minha mãe pudesse trabalhar e sustentar da família. Mesmo assim, não parei mais de estudar apesar das dificuldades, finalizei os meus estudos no “Projeto Saturnus”, sendo que o meu segundo grau foi feito na modalidade do antigo Científico.

Tive uma adolescência tranquila, bem diferente se comparando com a das minhas amigas. Sou uma pessoa simples, gosto muito de ficar em casa com a família, costumo dizer que a responsabilidade começou muito cedo em minha vida, não tive tempo para brincadeiras como todas as outras crianças da minha infância tiveram. Não me entristeço com isso, penso que tudo o que vivi me fez ser forte.

Terminei o ensino fundamental no ano de 1988, em Alexânia e médio na mesma cidade, no Colégio Estadual 31 de Março, no ano de 1997, ambos em escolas públicas. Em seguida fiz um curso técnico em contabilidade na cidade vizinha chamada Abadiânia-GO, no Colégio Osório Rodrigues Camargo finalizando o curso no ano de 2000. Nessa época o meu transporte era custeado pelo meu irmão, uma vez que o que eu ganhava com o trabalho de caixa em uma frutaria não era suficiente para pagar a minha passagem de ônibus para outra cidade. Mesmo em meio às dificuldades de conciliar o trabalho com os estudos conclui o curso,

contando sempre com a ajuda dos meus amigos, muitas vezes para coisas simples para os outros colegas que para mim não era, como levar o meu material (livros) para a escola.

Minha vontade era de continuar estudando, superar as barreiras, vencer os preconceitos que a sociedade impõe sejam eles quais forem. Recordo que queria muito fazer faculdade e, ao mesmo tempo, imaginava esse desejo como algo muito distante da minha realidade. Pensava que estava sonhando algo impossível e hoje estou realizando um sonho graças a Deus, como uma vez me disse a professora Débora Sousa Machado, da Universidade de Brasília, hoje eu não preciso ficar quietinha no fundo da sala de aula para não chamar a atenção, reconheço que sou agente da minha própria história.

Atualmente, sou estudante do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília – UnB – Universidade Aberta do Brasil – UAB, sou servidora pública concursada do estado de Goiás, trabalho em uma empresa de Saneamento Básico, onde atuo como agente administrativo.

Aprendi que devemos sempre lutar pelos nossos sonhos, por tudo aquilo que queremos e que acreditamos e não desistir diante das dificuldades e ter, sobretudo, fé e esperança em Deus.

2. O PERCURSO NA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A minha aprovação no vestibular, se deu no mesmo período em que fui contratada na empresa em que trabalho atualmente, a Saneamento de Goiás S/A, em Alexânia-GO. Lembro-me do quanto fiquei alegre ao ver o meu nome na lista dos aprovados, a partir desse momento o meu modo de ver o mundo e a educação se transformou.

Com os estudos, leituras, reflexões propostas pelas disciplinas do curso entre elas destaco, a obra de Paulo Freire – em “Pedagogia do Oprimido” onde ele faz referência a opressão que há na sociedade no universo educacional, em que as camadas menos favorecidas são oprimidas e aceitam o que lhes é imposto, por medo deixam de lutar pela transformação da realidade.

Paulo Freire nesta obra refere-se a “educação bancária” que não considera a cultura e o conhecimento que o educando possui segundo Freire o aluno é visto como sujeito que não sabe nada sendo passivo no aprendizado e o professor é quem detém o conhecimento. Conotando assim, uma prática de dominação e que produz um falso saber, sem senso crítico. Para mudar essa situação há que se trabalhar a educação como prática de liberdade valorizando o diálogo, a reflexão, a criatividade.

Na disciplina Psicologia da Educação chamou minha atenção as três principais escolas que estudamos: o Associacismo, o Estruturalismo, e o Funcionalismo, esta última, logo foi substituída pelo Behaviorismo, que diz respeito ao estímulo e a resposta nos processos de aprendizagem. Já a Gestalt e a Psicanálise trazem à necessidade de entender o homem, mais ligada à filosofia, surge então, Freud na Áustria com a sua Psicanálise, e a importância da afetividade e do inconsciente, sendo esses os objetos dos seus estudos.

O Associacismo e representado por Edward L. Thorndike (1874 - 1949) com questões ligadas a filosofia, cuja ideia central defendia que o aprendizado se dá por associação, questionando a utilidade dos conhecimentos, seja ele do mais simples ao mais complexo. O funcionalismo se preocupava com aspectos da consciência e as suas estruturas, inaugurada por Wundt (1832 – 1920) ampliada por Titcher, nos finais do século XX. Essa escola de psicologia defende o estudo e a investigação na

consciência humana para compreender como o homem se adapta ao meio.

O estruturalismo por sua vez, joga luzes sobre os aspectos da estrutura do sistema nervoso, a partir da auto-observação produzida em laboratórios, relacionados a estímulos sensoriais. A psicologia científica que aos poucos foi se libertando da filosofia ganhando autonomia como área de conhecimento, estabelecendo novos critérios, com dados e conhecimentos passíveis de comprovação, através de experimentos e pesquisas com metodologia rigorosa. Uma grande variedade de objeto de pesquisa da psicologia, sendo que o seu principal foco de estudo e o homem de maneira particular o seu comportamento, a psicologia junto com a ciência se adaptam a um novo tempo com novas descobertas, não mais influenciadas pelas autoridades eclesiásticas e seus dogmas religiosos.

O avanço da ciência natural, o aparecimento do capitalismo, a ascensão da burguesia, fez com que o homem deixasse de ser o centro do universo. O estudo da subjetividade para compreender a vida humana, as suas particularidades a cultura, a maneira de sentir, de agir, amar, de sonhar, levando em consideração as constantes transformações que o homem sofre ao longo da sua vida.

Destaco ainda as disciplinas de Antropologia com os seus estudos sobre a diversidade humana e os aspectos da diversidade cultural. E Introdução a Classe Hospitalar em que a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar, favorece a criança e os adolescentes, dando a eles a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos sem que haja assim algum prejuízo, por não poderem frequentar a escola regular durante o período em que permaneça internada.

Lembro-me nessa minha caminhada no curso de pedagogia, nas primeiras semanas tive algumas dificuldades com relação ao ambiente de aprendizagem. Levei um tempo para entender como funcionava esse espaço, me sentia um pouco perdida, mas aos poucos fui me familiarizando com a plataforma. Tenho ainda muito que aprender tudo é novo. Percebi que a educação a distância requer muita dedicação por parte do aluno e que muitas vezes foi preciso interagir de forma continua com os fóruns, ferramenta que considero muito importante na construção do conhecimento do aluno da EAD. Nos fóruns, todos têm a oportunidade de interagir com os colegas, como se fosse à sala de aula, e assim, continuo em busca do conhecimento cada vez mais.

Sempre pude contar com o apoio das tutoras presenciais que se encontravam no Polo de Alexânia, onde muitas vezes me atendiam e tiravam minhas

dúvidas a respeito das disciplinas, e da mesma forma as tutoras (o) e professoras (o) do ambiente, com os quais sempre contei com a orientação a distância.

Os textos apresentados, bem como o guia da disciplina são claros ao informar o aluno sobre o processo de educação à distância, e a tecnologia cada vez mais avançada só tem a contribuir nesse processo de construção do saber. Continuo com muitas expectativas nesse curso, cada vez mais tenho a certeza que fiz a escolha certa.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

INTRODUÇÃO

“Nunca se deve engatinhar quando o impulso é voar”

Helen Keller

Pensar em educação e também refletir sobre o compromisso do educador na construção do saber, do conhecimento, na autonomia dos educandos, e nas particularidades que envolvem o exercício da docência, portanto o presente estudo partiu das muitas inquietações e dúvidas referentes às práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes com Atendimento Educacional Especializado (AEE), diante do advento da educação inclusiva e das dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar.

Como acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, ao longo do curso adquirimos o conhecimento teórico e prático a respeito do que é ser um educador e mediador do processo de desenvolvimento de todos os estudantes. Embora não atuando diretamente na área da educação, o tema apresentado sempre me chamou a atenção por estar ligada à minha história de vida, a busca pela igualdade de direitos, de oportunidades para superar o preconceito, e vencer os desafios devido às diferenças existentes, no caso alunos com deficiência, considerando que a exclusão ainda acontece no nosso dia a dia.

Promover a inclusão e a aprendizagem através do atendimento pedagógico especializado tem sido um desafio para o educador, diante da crescente demanda de acompanhamento pedagógico a crianças com necessidades especiais educacionais. Há que se levar em consideração no âmbito escolar, o planejamento e a programação das atividades, que por sua vez devem ser pensadas pelo educador, de forma que atenda as mais variadas necessidades.

Entretanto é necessário admitir que nem sempre a escola pública regular está preparada para receber crianças especiais, para desenvolver as potencialidades das crianças de forma efetiva em atendimento às necessidades pedagógicas específicas, identificadas como necessidades especiais (NEE) e assim favorecer a

aprendizagem dos alunos especiais, auxiliando-os no desenvolvimento psíquico e cognitivo no que se refere à educação infantil, portanto deve-se buscar refletir sobre a qualidade do ensino e as estratégias de aprendizagem aplicadas pelas escolas.

De outro lado, estudos e discussões mais aprofundadas em torno das políticas públicas que tratam de tão relevante e complexa temática, são cada vez mais necessárias.

Nesse sentido o atendimento as crianças especiais tem sido uma política importante para a inclusão, é relevante refletir e discutir a respeito do atendimento educacional especializado (AEE), no caso da deficiência visual, auditiva, deficiência intelectual, e deficiência física levando em consideração a realidade de cada criança.

Sendo assim, e tendo observado que há um contraste principalmente no que diz respeito à educação inclusiva e a capacitação do professor, o presente estudo teve a intenção de investigar o seguinte problema: como atendimento Educacional Especializado (AEE), enquanto estratégia de inclusão tem sido desenvolvida em uma Escola de educação infantil da rede pública municipal de ensino em Alexânia – Go.

Nesse sentido o objetivo geral desta pesquisa é:

- Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais, de educação infantil em uma escola da rede municipal de ensino de Alexânia-Go.

Objetivos específicos são:

- a) Analisar o projeto político pedagógico da escola pesquisada com enfoque no Atendimento Escolar Especializado – AEE;
- b) Levantar as estratégias pedagógicas utilizadas com as crianças necessitadas de AEE na escola pesquisada;
- c) Verificar como são desenvolvidas atividades pedagógicas envolvendo crianças com AEE e as demais.

Para alcançar os objetivos descritos organizamos a apresentação da pesquisa da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado, Referencial Teórico, abordo os

aspectos legais segundo as legislações, destacando e considerando os princípios amparados na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205. A lei de Diretrizes e bases da Educação, o artigo 58, inciso I, II, e III da lei 9.394/96 (BRASIL, 1996). Além do passeio pela legislação pesquisamos, em sites especializados, autores que tratam da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado.

No segundo capítulo, apresento a trajetória percorrida relativa aos métodos e procedimentos utilizados na pesquisa, e no terceiro e último capítulo, apresento o conjunto de dados, e realizo análise a luz dos conhecimentos científicos.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1. A educação e a educação especial nas legislações

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No Art. 208, a CF consigna que. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Sendo assim a Lei declara que o acesso ao ensino público e gratuito, é um direito de toda pessoa, seguindo a linha desse entendimento, acerca da educação especial ela está incluída na proteção legal, uma vez que esta constitui uma modalidade de educação escolar, para assim promover a igualdade de direitos e a oportunidade de educação no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

De acordo com a lei de Diretrizes e bases da Educação, o artigo 58, inciso I, II, e III da lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) fica assegurado aos educandos com necessidades educacionais especiais a oferta de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja:

§ I. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ II. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ III. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Nesse sentido, a ação educativa exige uma compreensão da educação especial inclusiva dentro do espaço escolar, ou não escolar, favorecendo assim a aprendizagem, na medida em que se reconhece a diversidade e procura reverter o processo de exclusão. Os estudos e ações com foco na educação especial devem buscar promover estratégias, a fim de propiciar o pleno desenvolvimento dos alunos.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 5) sobre princípios, Política e prática em Educação Especial diz que:

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas.

Nessa perspectiva verifica-se a necessidade de rever a prática pedagógica, quanto às políticas públicas para que a inclusão de fato se torne uma realidade, através de subsídios visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. O educador deve procurar refletir e buscar alternativas para solucionar possíveis problemas com relação ao currículo e a metodologia aplicada, com conteúdos flexíveis, levando em consideração a singularidade de cada aluno.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às

peças em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005, p.30).

Portanto, educar é um processo complexo que requer saber lidar com a diversidade, atender todos os indivíduos e, sobretudo permitir que os seus direitos sejam garantidos de forma igualitária.

Após a análise do conjunto de peças legislativas que regulamenta a educação especial, iniciou-se uma busca nos sites especializados. Onde foi privilegiado três espaços de pesquisa:

Periódicos da Capes:

➤ Grupo de trabalho 15 (GT 15), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), obre educação especial. Verificado os trabalhos apresentados nas seis últimas reuniões nacionais.

➤ Laboratório de Pesquisa em dificuldades, distúrbios de aprendizagem e transtornos de atenção (DISAPRE).

Nas buscas realizadas foram encontrados alguns textos sobre o assunto.

Quadro 1 – Resultados

Educação Inclusiva: do que estamos falando?	Artigo	III. Rosita Edler Carvalho Revista Educação Especial, V. 10, Iss 26, Pp 19-30 (2011) Directoryof Open Access Journals (DOAJ)
Sobre a proposta de Educação Inclusiva: notas para ampliar o debate	Artigo	IV. Adriana Da Silva Thoma Revista Educação Especial, V. 10, Iss 0, Pp 45-52 (2012).
Educação Inclusiva: uma História, uma Caminhada e Novas Conquistas para o Portador de Necessidades Especiais	Artigo	V. Borel Da Conceição, Benedito; Sánchez, DamiánS.Revista da Universidade Vale do Rio Verde, 2014, Vol.12(1), pp.721-729.

<p>Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: Uma proposta necessária e em ascensão</p>	<p>Artigo</p>	<p>VII. 1 GRANEMANN, Jucélia Linhares –UFMS– juceliagranemann@yahoo.com.brGT: Educação Especial / n.15 Agência Financiadora: CAPES / UCDB.</p>
---	----------------------	---

Elaboração: da autora, 2015.

Sendo que os artigos de número um (1) e número (2) foram descartados, uma vez que não tocavam diretamente no problema de pesquisa do presente trabalho, e os artigos de número três (3) e de número quatro (4), foram analisados conforme o item abaixo.

O primeiro texto a ser analisado trata-se de um artigo publicado na revista da Universidade Vale do Rio Verde, em Três corações, que apresenta a história da educação inclusiva.

De acordo com os autores, Conceição; Sanches (2014), a educação inclusiva teve uma longa caminhada até chegarmos aos dias atuais, tendo o seu início no século XVII, em um período em que não havia estudos científicos a respeito do assunto que pudesse avaliar e compreender as reais condições física e mental dos portadores de necessidades especiais. Todavia, essa situação provocava inquietações em alguns grupos de pessoas que não concordavam com a ideia de alguns seres humanos serem considerados inúteis para a sociedade e mesmo por alguns religiosos da época que não reconheciam que as pessoas com alguma deficiência mereciam ser respeitadas.

Segundo Mazzota (2005) apud Conceição; Sanches (2014), somente quando o homem teve condições de perceber que o deficiente era um ser igual a qualquer outro considerado perfeito, foi que começou a defesa dos interesses em favor do deficiente.

Mazzota (2005) apud Conceição; Sanches (2014) ainda ressalta que, as pessoas que defendiam e se posicionavam a favor dos deficientes, eram homens e mulheres em sua maioria leiga, mas que exerciam um papel de líderes no meio em que viviam, ainda segundo o texto esse cenário começou a ter uma mudança quando na Europa no século XIX aconteceram os primeiros atendimentos ao portador de necessidades especiais, chegando aos Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e outros países do continente.

Começou então a surgir na época a Pedagogia Curativa, e a Social, sendo que a primeira objetivava como o nome mesmo diz curar os portadores de alguma necessidade especial, e o segundo era de devolvê-los a sociedade curados. Nesse mesmo período, surge movimento na Alemanha na cidade de Munique, com o atendimento educacional voltados ao portador de alguma necessidade especial, alguns estudiosos contribuíram nesse sentido para implementar e adequar a educação inclusiva, dentre eles Maria Montessori que representa uma evolução para a educação especial, com sua metodologia concreta, e seu material didático, conhecido como material dourado, promovendo assim a inclusão escolar.

No Brasil a educação inclusiva ganha espaço nas instituições públicas e privadas na década de 1950, em Londrina e na capital do Paraná, cidades consideradas evoluídas na época e que seriam modelo da inclusão de alunos com alguma necessidade educacional especial. É importante ressaltar que a educação inclusiva ganha o seu espaço no período da ditadura militar no Brasil, nos anos de (1955 e 1964), época em que o Congresso editava a LDB 4024/61.

Em nossa primeira LDB o direito dos excepcionais é reafirmado no Art. 88.

[...] A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação.

O art. 88 foi revogado pela Lei 9394/96. A disposição desta Lei dava um prazo máximo de um ano para que a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios adaptassem a sua legislação educacional e de ensino.

No ano no de 1971 o Congresso Nacional aprovou a Lei 5692/71, lei que reformou os ensinos de primeiro e de segundo graus, alterada pela Lei de Nº 7.044/82, assegurando o atendimento especial aos alunos que apresentassem deficiências físicas, mentais, e ou em idade com defasagem, bem como aos alunos superdotados. Assim tanto a primeira lei de diretrizes e bases, Lei Nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961, quanto à segunda, Lei 9394 de 1996, representa um grande avanço para a educação nas diferentes modalidades, sobretudo, para a educação inclusiva.

De acordo com Linhares (2005), seu artigo teve como objetivo conhecer a história, e a caminhada e as novas conquistas para o portador de necessidades especiais nas salas regulares na educação pública da educação básica, destacando

a necessidade de conhecer de que maneira às diretrizes da inclusão vem acontecendo nas escolas, e quais as mudanças ocorridas ao longo da história ponto de vista cognitivo, e afetivo das crianças com alguma necessidade especial.

Ainda segundo Linhares (2005), às questões apresentadas e analisadas em seu artigo dá continuidade às apresentadas pelos autores, Conceição; Sanches (2014), em que apresenta a inclusão como uma proposta necessária e que está em ascensão.

Nesse sentido a educação inclusiva bem como o atendimento educacional especializado (AEE), envolve questões ligadas a uma reestruturação, seja ela das culturas, das políticas e das práticas escolares, onde o sistema precisa buscar e rever as suas ações educativas, a fim de tornar possível a inclusão, e que essa seja capaz de atender a todos de forma igualitária.

Neste sentido, Goffredo (1999), reitera que é a escola a principal instituição responsável por tal processo e deve considerar como sendo um desafio seu, o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção.

Diante das constantes transformações que ocorrem em nossa sociedade, nas inovações das tecnologias, nas produções científicas que, nesse caso, abrem espaço para a produção do conhecimento e a pesquisa, é necessário buscar desenvolver trabalhos interdisciplinares para que a inclusão seja efetivamente colocada em prática no ambiente escolar, a partir de uma pedagogia que atenda a todos os alunos, em atendimento as suas necessidades especiais.

O projeto de educação inclusiva deve constituir-se como um projeto com características ou princípios bem definidos, porém que permita ao longo do processo de implementação na escola, revisões, redefinições e ressignificações. (BEYER,2006).

Nesse caso a inclusão escolar e o atendimento as suas necessidades especiais, deve buscar adequar e adaptar a escola ao aluno, promover estratégias para o desenvolvimento da aprendizagem percebendo o aluno por inteiro, pensar nos aspectos metodológicos e nas diversidades existentes.

Como os retornos nos sites pesquisados inicialmente foram poucos e tocavam de forma indireta em nosso problema de pesquisa resolvemos ampliar os espaços de buscas e utilizamos o Google acadêmico. O descritor utilizado foi “dificuldades encontradas pelos professores na educação inclusiva”. O retorno de referências foi muito significativo para efeitos de análise selecionamos as pesquisas

que seguem.

Foram selecionados três artigos relacionados ao assunto abordado, o primeiro artigo é de Miller (2010)

O referido estudo teve como objetivo identificar as dificuldades encontradas pelos educadores no desenvolvimento do processo de inclusão foi feita entrevistas visando identificar as dificuldades em vários aspectos, tendo como ponto de partida o conhecimento dos profissionais.

Os dados coletados junto aos professores apontaram que as principais dificuldades encontradas para desenvolver o trabalho em sala de aula estão relacionadas à falta de horário de planejamento (principalmente com os professores de séries iniciais), a ausência da família na escola, espaço físico inadequado e o excesso de alunos. Outra questão foi à falta de formação profissional especializado, e de apoio técnico-pedagógico específico para educação especial, à inadequação do currículo escolar para alunos com necessidades educativas especiais.

Segundo Miller (2010), ainda que o processo inclusão de fato se concretize como uma realidade educacional, é necessário que o ensino seja de qualidade e que atenda a necessidade dos alunos, já com relação ao educador seja ele de qualquer área ou série existe a necessidade da formação continuada, e que as escolas necessitam de mudanças, uma vez que o processo inclusivo requer um remanejamento financeiro dos sistemas e instituições, para a elaboração de serviços de apoio.

O segundo artigo analisado e da autora Sant'Ana (2005), a autora destaca também que a formação do educador não pode restrita somente à participação em cursos, precisa incluir programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente.

Segundo Sant'Ana (2005), para que haja o processo de inclusão educacional e necessário que todos os membros da equipe escolar estejam envolvidos nas ações de planejamento e programas voltados à temática, docentes, diretores e funcionários que mesmo apresentando papéis específicos, precisam atuar coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

Uma dificuldade constatada pela pesquisadora é com relação ao educador por ele estar à maior parte do tempo atuando junto aos alunos, o mesmo não pode trabalhar isoladamente, ou seja, o educador necessita de auxílio no processo de inclusão. O discurso dos participantes em sua maioria ficou evidente de que, tanto

diretores quanto educadores, são favoráveis à inclusão, acreditam na viabilidade da educação inclusiva, mas para que esta seja efetivada há a necessidade de profundas transformações na política e no sistema de ensino vigente. Os resultados apresentados mostraram que os professores têm consciência de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas.

Silva; Arruda (2014), também trata da dificuldade encontrada pelo educador, e os desafios que estes enfrentam diante da inclusão.

Abordam a importância da formação do professor assim como nos dois primeiros artigos citados. Apresenta história da inclusão, os tipos de deficiências existentes e a maneira de lidar com cada uma delas. A pesquisa foi realizada com professores que trabalham na escola Centro de Educação Infantil (CEI) Despertar, que atende vários tipos de deficientes, desde a educação infantil e ensino e fundamental, inclusive adultos que participam de oficinas pedagógicas direcionadas por profissionais da área, teve como objetivo conhecer os educadores que atua na educação especial evidenciou a insegurança do educador em relação à sua experiência, uma vez que na sua formação acadêmica este não teve acesso à prática, e sim contato com a teoria.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

Para o presente estudo verificou-se a necessidade de um método de pesquisa que possibilitasse a observação, a descrição, bem como a compreensão do significado e dos dados coletados “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11).

Nesse sentido pretende-se adotar a abordagem qualitativa da pesquisa em educação de natureza descritiva. Essa abordagem irá possibilitar uma investigação mais apurada da realidade a ser estudada, contribuindo para um maior aprofundamento da discussão e análise dos dados a serem coletados em campo, sobre o tema:

Segundo Minayo (1998), os estudos qualitativos respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Como instrumento para coleta de dados em campo utilizei entrevistas semiestruturadas e análise documental. Portanto, nesta perspectiva de pesquisa qualitativa, é necessário que haja uma reflexão acerca do contexto estudado, bem como a realidade observada, evidenciando a relação entre todos os sujeitos envolvidos, para que seja possível ao pesquisador a análise das informações coletadas.

2 CONTEXTO DA PESQUISA

A coleta de dados foi realizada em uma escola da rede pública Municipal do Estado de Goiás. Onde contemplei três turmas da educação infantil e todos os nomes dos professores serão fictícios.

2.1 HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria Cândida Martins teve a sua construção iniciada no ano de 1977, pelo prefeito José de Fontes Leal. Neste local havia um parquinho destinado à comunidade, que foi construído pelo Senhor Antonio de Pádua Martins, ex Prefeito do Município de Alexânia, o mesmo estava sem condições de uso na época da construção da Escola. Apesar de a Escola ter sido construída pelo Senhor José de Fontes Leal, quem a inaugurou foi o prefeito da época, o Senhor Aurelino de Oliveira Filho.

Devido à necessidade de um Jardim de Infância nesta localidade, o chefe do poder Executivo, conforme Lei nº. 006/79 de março de 1979 autorizou a oficializar o nome da Escola Municipal - Jardim de Infância, localizada entre a Rua 15 de Novembro e a Avenida 15 de Novembro, área especial de Utilidade Pública s/n, esquina com as ruas 24 e 26, pertencente à Prefeitura Municipal de Alexânia.

Conforme Art. 2º da Lei acima mencionada ficou criada a Escola Municipal Jardim de Infância, a qual recebeu o seguinte nome: “Escola Municipal Jardim de Infância – Professora Maria Cândida Martins, nome este em homenagem à irmã do Prefeito Sr. Aurelino Oliveira Filho, uma professora em Salvador-Ba, e veio fazer tratamento médico em Brasília-DF. A Senhora Maria Cândida não resistiu a uma operação e veio a falecer, os vereadores comovidos na época resolveram prestar esta homenagem a mesma. A presente Lei foi assinada pelo então presidente da Câmara Municipal, o Sr. José Luiz Irmão e o 1º Secretário Eli Alves Teixeira.

Não tendo data exata, a Escola Municipal Jardim de Infância Maria Cândida Martins, teve o seu terreno dividido, donde originou a Escola Municipal Maria Cândida Martins localizada entre as ruas 24 e 26 e frente para a Avenida 15 de Novembro, área especial s/n. O resto do terreno ficou destinado à Creche “Cantinho do Saber”.

Conforme Certidão nº. 230/92, a área destinada à Escola Municipal Maria Cândida Martins, continha uma área construída de 191.16m² que contava com 12 cômodos, 01 pavimento com 04 salas de aula, 03 banheiros, 01 cantina, 01 depósito, 03 salas destinadas à secretaria, toda ela coberta com telha Brasilit (canaleta), piso de cimento, em uma área de terreno de 3.500m², que após a divisão a Escola Municipal Maria Cândida Martins ficou com uma área total de 1.632m², esta certidão foi assinada pela então Coletora Municipal Ivanete A. de Souza.

A Escola Municipal pertence à Prefeitura Municipal de Alexânia e atende a estudantes do ensino fundamental de 1º ao 5º ano, com uma área total de 1.805,51m², desta 526,78m² é de área construída, contando com dois pavimentos.

2.1.1 DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

- 08 Salas de aula;
- 01 diretoria;
- 01 sala de professores;
- 01 Sala para secretaria;
- 01 Depósito;
- 01 Cozinha;
- 02 Banheiros, um feminino e um masculino (contendo 3 e 2 sanitários respectivamente);
- 01 banheiro para funcionários.
- 01 laboratório de informática
- 01 depósito de material de limpeza/DML.
- 01 banheiro para ANEE

Quadro 2: composição do corpo docente escolar no ano de 2012

nº	Função	Formação	Disciplina Ministrada	Série	Qualificação	
01	Professora	Técnico em Magistério	-	Todas	5º "D"	*Pró-letramento *Educação, Inclusão, Autonomia e Diversidade *Capacitação dos professores de Educação Básica - Programa Agrinho

02	Professora	Pedagogia e Lic. em Biologia	-	Todas	2º "A"	*Pós graduação de Tecnologias aplicadas ao Ensino de Biologia *Pós graduação Metodologia do Ensino de ciência e Matemática *Pós graduação Em Psicopedagogia Institucional e clinica *Extensão-genero e diversidade na Escola
03	Professora	Pedagogia	-	Todas	4º "D"	*Pró-letramento Português *Pró-letramento Matemática
04	Professora	Técnico em Magistério	-	Todas	5º "A"	*Pró-letramento
05	Professora	Pro-infantil	Ed. Física	Todas	1º "B"	Atividades Pedagógicas das Escolas Municipais de Alexânia A arte de contar Historia Operador em microcomputador
06	Professora	Pedagogia	-	Todas	4º "C"	Técnica em Magistério
07	Professora	Técnico em Magistério	-	Todas	5º "C"	*Técnico em Magistério *Curso de Flores Artificiais *Curso de Artes em EVA
08	Professora	Técnico em Magistério e Lic. em Biologia	-	Todas	4º "B"	Agrinho Oficina Pedagógica – SME Fundamentos Didático Pedagógico

09	Professora	Técnico em Magistério	Pedagogia	Todas	1º "B"	Formação pela Escola CSC, PDDE, Competências Básicas, PNAE, Fundeb,
10	Professora	Técnico em Magistério	-	Todas	3º "D"	*Gestar em Matemática
11	Professora	Pedagogia	-	Todas	4º "A"	*Pró-letramento

Fonte: Secretaria da Escola. Elaboração: da autora, 2015.

Sobre a análise de formação dos docentes no quando acima exposto, revelou que a média de idade dos professores e de 20 a 52 anos, e o tempo de magistério varia de 04 a 25 anos.

2.1.2 CORPO DISCENTE

Quadro 3: Composição do corpo discente escolar

MATUTINO	Nº ALUNOS	VESPERTINO
SÉRIE	-	SÉRIE
1º "A"	25	1º "B"
2º "A"	22	2º "B"
3º "A"	22	3º "B"
4º "A"	18	3º "C"
4º "B"	21	4º "C"
5º "A"	26	5º "C"
5º "B"	27	5º "D"
Total	161	

Fonte: Secretaria da Escola. Elaboração: da autora, 2015.

Foi analisado o Projeto Político Pedagógico da escola, (Pag. 01 a 09, 10 a 16, 24 a 27, e 42 a 58), e os dados do último censo escolar do município além de ter sido aplicado um questionário específico para a coleta de dados junto aos professores, composto com 05 questões (Conforme Apêndices 1 e 2).

Para Amboni (1996, p. 58), “[...] os dados primários referem-se, aqueles coletados pela primeira vez pelo pesquisador para a solução do problema da pesquisa”.

Os referidos instrumentos de coleta de dados foram aplicados com o objetivo de obter dados com relação ao atendimento Educacional Especializado (AEE), proposto pela pesquisa.

2.1.3 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa três professoras, das séries do 1º ano “B”, 2º ano “B” e 3º ano “B” do ensino fundamental, 01 coordenadora e a diretora da escola.

2.1.4 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Para a presente pesquisa buscou-se **compreender como o** processo inclusivo **ocorre** na referida escola, analisando o atendimento Educacional Especializado (AEE). Bem como o levantamento de dados relacionados às práticas pedagógicas no contexto escolar **junto à gestão escolar e o corpo docente**.

Para a construção dos dados, foi elaborado um roteiro para o levantamento de dados junto aos professores coordenadores, os referidos instrumentos foram analisados com o objetivo de levantar informações pertinentes ao atendimento dos objetivos propostos pela pesquisa.

O processo para a construção dos dados da pesquisa foi iniciado através do contato entre a pesquisadora e a equipe gestora, diretora, coordenadora e professoras da escola participante do estudo, com a finalidade de apresentar o objetivo da pesquisa e a metodologia a ser utilizada, foi bem recebida na instituição de ensino, e não houve nenhuma dificuldade com relação ao acesso aos documentos necessários inerentes a pesquisa.

Em seguida, foi realizada uma reunião com a equipe e os professores da escola que possuíam em suas salas de aulas estudantes com (AEE) com o objetivo de esclarecer sobre o assunto e os tópicos abordados pela pesquisa. Por conseguinte, realizaram-se todos os processos necessários para resguardar a ética, tais como esclarecimento, e autorização para o acesso a escola, e a coleta de dados junto aos participantes.

CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O foco conduzido para o procedimento de análise das informações coletadas foi à apuração a respeito do processo inclusivo na mencionada escola, analisando o atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme a opinião e o pensamento dos respectivos componentes.

Os dados foram coletados no ambiente escolar seguindo o roteiro pré-estabelecido, através da análise documental, observação e a aplicação de um questionário, sendo que antes da aplicação do mesmo apresentei aos participantes o propósito da pesquisa, esclarecendo que seria preservado o sigilo das informações bem como, o total anonimato do grupo participante por meio de uso de nomes fictícios na publicação dos resultados da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada com base nas informações coletadas em campo, incluindo a análise do PPP (Projeto Político Pedagógico), professores de apoio à inclusão, análise a respeito do atendimento educacional especializado (AEE), dados relacionados às práticas pedagógicas no contexto escolar, verificação e a utilização da sala de recursos multifuncionais, a organização e a acessibilidade do espaço escolar, a observação nas salas de aulas, análise de como ocorre à inclusão dos alunos que apresentam alguma deficiência, e a análise das dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais.

3.1 Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP)

3.1.1 Concepção de Educação:

A Escola Municipal Maria Cândida Martins em sua concepção de educação de acordo com a legislação educacional, e com o apoio da abordagem teórica, prima pela forma de aprendizagem considerando o desenvolvimento socioafetivo, intelectual, cognitivo, com o propósito de oportunizar uma formação integral do educando, com o trabalho apoiado na pedagogia que permite a aprendizagem do

aluno, dando a ele a liberdade de expressar o seu pensamento e a visão crítico-social dos conteúdos baseada na análise da realidade social, com referência à valorização do saber dos alunos.

Observou-se que há no PPP uma preocupação em definir a educação considerando a síntese do pensamento coletivo daqueles que efetivamente participam do fazer pedagógico da escola.

Lembramos que o Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Portanto, o projeto é o referencial de quaisquer instituições de ensino regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, sancionada em dezembro do mesmo ano.

A LDB ao intensificar a autonomia dos espaços educativos em seu Art. 12, propõe: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". Ou seja, a Lei reitera a liberdade para a autonomia e para a elaboração de projetos para a educação, principalmente no que diz respeito à gestão. Dentre os princípios da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a gestão democrática nos espaços públicos delega à escola a flexibilidade e a descentralização, a oportunidade e a responsabilidade em atendimento às exigências da nossa atualidade.

3.1.2 Concepção de Conhecimento:

Segundo o (PPP), o contexto escolar, a aprendizagem significativa depende do desenvolvimento de habilidades e domínio e de competências que ocorrem quando certos fatores estão envolvidos, dentre eles:

- ✓ A percepção do estudante sobre a relação entre o que está aprendendo e seus próprios objetivos e interesses;
- ✓ A segurança do estudante em relação ao clima psicológico da classe, de onde ameaças externas são eliminadas;
- ✓ A possibilidade do estudante se colocar em confronto experimental direto com problemas práticos e com pesquisas de campo;
- ✓ A participação ativa e responsável do próprio estudante em seu processo de aprendizagem, a partir de discussões e debates sobre o que, como e

por que está aprendendo;

✓ O envolvimento intelectual, emocional e físico do estudante com o objeto do conhecimento, em interação com o contexto sócio-histórico-cultural;

✓ A independência, a criatividade e a autoconfiança do estudante estimulada em decorrência de avaliação mediadora e justa, realizada em atmosfera de liberdade;

A meta-aprendizagem, ou seja, o domínio do processo de construção da aprendizagem por parte do estudante, caracterizada por uma atitude de contínua busca e abertura de novos desafios intelectuais. (Fonte: Projeto Político Pedagógico. Escola Maria Cândida Martins, ano 2014).

Dentre as concepções de conhecimento do (PPP), por mais que a escola busque desenvolver estratégias pedagógicas para uma aprendizagem significativa, não se observou nenhum item em específico com menção à educação inclusiva a não ser na elaboração diária das intervenções com ajustes necessários à inclusão.

Para Carvalho (1999, p.51):

[...] a educação inclusiva é a forma mais recomendável de atendimento educacional para os alunos que apresentam deficiência(s), altas habilidades e condutas típicas de síndromes. É identificado, hoje, como o caminho eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos.

Portanto, é fundamental que o projeto pedagógico nas instituições de ensino contemple a inclusão, em atendimento as necessidades distintas de seus alunos, promovendo a integração escolar aliando teoria a prática pedagógica.

3.1.3 Concepção de Professor:

As diretrizes curriculares além de garantir os objetivos do Ensino Fundamental, envolvem as disciplinas no Núcleo Comum, entrelaçadas com os conteúdos dos Temas Transversais.

A partir da análise do PPP verificou-se que o planejamento, além de garantir

uma ação participativa no fazer didático-pedagógico, garante também a execução de projetos com temas ligados aos interesses e realidade do aluno. Uma vez que em todas as disciplinas, e os conteúdos a serem trabalhados estão dentro de uma responsabilidade educativa e que permitindo a sua continuidade, sem que haja o rompimento do processo de construção do conhecimento no cotidiano escolar, respeitando cada faixa etária e em consonância com os objetivos previstos na síntese curricular do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, enriquecida com os Parâmetros Curriculares Nacionais e Temas Transversais.

Nesse contexto o professor exerce papel relevante, pois depende de sua atuação, e compreensão de sua responsabilidade profissional, facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem do aluno. Os alunos sentem que podem discutir com o professor os problemas que interferem no processo de aprendizagem e juntos encontrarem soluções para uma aprendizagem mais ampla.

3.1.4 Concepção de Aluno:

A Escola Municipal Maria cândida Martins, em seu processo educativo, prima pelo ensino de qualidade, procura propiciar aos seus educandos:

- ✓ Uma Base Comum em nível nacional, de conhecimentos que lhe propiciem o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando identificar com o meio social no qual está inserido para que possa prosseguir em seus estudos;
- ✓ Promover o desenvolvimento do aluno nos aspectos éticos, estéticos, políticos e sociais, com vistas ao aprimoramento de sua capacidade para a vida em sociedade;
- ✓ Propiciar condições para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno, considerando os traços individuais inerentes a cada sujeito;
- ✓ Conscientizar o aluno dos direitos e deveres inerente ao exercício da cidadania, plena;

- ✓ Promover um espírito crítico no aluno, especialmente no que se refere à realidade social dentro de um processo de transformação global;
- ✓ Estimular o hábito da pesquisa e do pensamento reflexivo, por meio de atividades multidisciplinares;
- ✓ Oferecer meios de interação sociocultural com a comunidade a que serve;
- ✓ Estimular no discente a estima à liberdade, à dignidade, à tolerância recíproca, a cidadania entre as pessoas e demais direitos fundamentais do homem.

Sendo assim, a escola Municipal Maria Cândida Martins empenha-se em função das novas exigências sociais a cidadania da educação, a escola implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem os princípios da: Dignidade da Pessoa Humana, Igualdade de Direitos, Participação e Co-responsabilidade pela Vida Social (BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997- PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais, p. 22 a 25).

Foi constatado que a escola Municipal Maria Cândida Martins, de acordo com a legislação educacional em suas abordagens teóricas, tem buscado conhecer o as formas de aprendizagem, o desenvolvimento sócio-afetivo e intelectual cognitivo para a formação integral do educando. Observei que a finalidade da escola é definida no interior da própria instituição, com a cooperação de todos os envolvidos no processo refletindo as ações planejadas em consenso com os objetivos e metas a respeito da visão adotada pela escola.

Com relação ao processo inclusivo a escola procura atender em sua prática pedagógica ações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem. Para isso elabora a programação diária da sala de aula, organiza a intervenção de maneira a propor situações de aprendizagem ajustadas às capacidades cognitivas dos alunos. Dependendo do tipo de necessidade dos alunos, a escola conta com o apoio do Centro de Atendimento a Inclusão Escolar (CAIS).

O atendimento no CAIS é feito no contra turno e semanalmente, ou seja, em horário contrário ao da escola, com encontro uma vez por semana. Para que o atendimento e a inclusão se efetivem, os pais precisam matricular os filhos no CAIS e zelar para a continuidade do atendimento.

A inclusão requer preparo da situação escolar conforme Carvalho (2003, p.

61) aponta:

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos.

3.1.5 Concepção de Avaliação:

Segundo o PPP o processo de avaliação da aprendizagem da escola considera em sua rotina a presença e a participação do aluno nas atividades escolares, a comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, a sociabilidade, capacidade de tomar iniciativa, de criação e de aprimoramento dos conteúdos disciplinares inerentes à idade da criança, ao ano ou série. Objetiva-se com isso, a aquisição de conhecimentos, para o desenvolvimento das habilidades na leitura, na escrita e interpretação, para alcançar assim atitudes e valores indispensáveis ao pleno exercício da cidadania. A escola em sua prática avaliativa faz uso de três perspectivas avaliativas:

- Avaliação contínua: efetuada durante todo o período letivo, por meio de inúmeros instrumentos de observação do desenvolvimento humano e escolar do aluno.
- Avaliação cumulativa: que tem como objeto os resultados conseguidos pelo educando no conjunto do seu desenvolvimento global, humano e escolar, analisado em conjunto pelos docentes da área.
- Avaliação qualitativa: que supera os critérios matemáticos e valoriza os avanços do educando visando ao seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

A avaliação do aproveitamento é feita de forma contínua e cumulativa compreende o acompanhamento do processo de aprendizagem nos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotor, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Tendo em vista os objetivos do Currículo Pleno, a avaliação é feita por meio de trabalhos, pesquisas, avaliação individual ou em grupo, observação do desempenho do aluno, autoavaliação, bem como de outros instrumentos pedagogicamente aconselháveis esta é acompanhada pela coordenação pedagógica da unidade escolar.

✓ Os instrumentos de avaliação devem ser selecionados pelo professor conforme a natureza do conteúdo e o tratamento metodológico adotado.

✓ O professor deve, durante o bimestre, utilizar vários instrumentos de avaliação.

A avaliação do primeiro ano e segundo ano do Ensino Fundamental é feita mediante acompanhamento e o registro do desenvolvimento da criança, em documento próprio, sem o objetivo de promover de forma objetiva e/ou descritiva, obedecendo às instruções da resolução CEE/CP N. 5/2011¹.

Com relação à avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais esta é feita como as demais avaliações, e quando possível o aluno é levado para a secretaria para o atendimento as suas necessidades.

3.2 Análise sobre o atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dados relacionados às práticas pedagógicas no contexto escolar. Para

1

Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás.

Goffredo (1999, p. 68),

a partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos com relação às minorias. Tem que estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula.

Neste sentido, a escola propõe uma metodologia que permite os coordenadores, professores e alunos caminharem no sentido de aprender. Há a orientação para os educadores que utilizem diferentes ações/metodologias de ensino no planejamento de suas aulas, com vistas à assimilação dos conteúdos pelos educandos, para que assim seja fortalecida a relação de aprendizagem interdisciplinar e o crescimento cognitivo do aluno. Segundo o Projeto Político Pedagógico existe um planejamento de ações e metas a serem atingidas durante o ano letivo sendo elas:

- ✓ Entrevistas nas diversas áreas, atendendo a necessidade de cada uma delas.
- ✓ Realização de shows com paródias, peças teatrais, músicas, danças dramatizações, etc., realizadas pelos próprios alunos e convidados.
- ✓ Pesquisas de diversas teorias de conteúdos em estudo.
- ✓ Exposição de cartazes, fotografias, textos diversos, etc.
- ✓ Conversas informais sobre os temas em estudo. Aproveitando as experiências dos alunos e valorizando a sua participação
- ✓ Confeção de murais com cartazes, desenhos, ilustrações, etc.
- ✓ Concurso de frases e slogans.
- ✓ Apresentação de dinâmicas de entrosamento, de apresentação e fixação de aprendizagem.
- ✓ Realização de trabalhos em grupos e individuais com pesquisas direcionadas pelo professor.
- ✓ Dinamização das aulas com gravuras, manchetes de jornais e revistas e outras ilustrações.
- ✓ Observação da natureza por meio de excursões a lugares designados pelos professores.
- ✓ Realização de reportagem sobre temas discutidos.
- ✓ Aulas expositivas e dialogadas.

3.3 Dados relacionados ao censo escolar:

Segundo as informações do censo escolar do ano de 2014, a relação de alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação por Turma, apontam que a escola atende conforme o quadro exposto:

Quadro 4 - Educacenso 2014.

Quantidade de Alunos	Série	Tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento ou habilidades/superdotação	Recursos Necessários
1	1º "B"	Deficiência Intelectual	Auxílio Ledor
4	2º "A"	Deficiência Intelectual	(03) Auxílio Ledor
			(01) Auxílio autodescrição
1	4º "B"	Baixa Visão	Auxílio Ledor
1	3º "C"	Deficiência Intelectual	Auxílio Ledor
3	4º "A"	Baixa Visão, deficiência auditiva e intelectual e deficiência múltipla	(01) Auxílio ledor, prova ampliada (fonte tamanho 24)
			(02) Auxílio ledor
1	5º "C"	Deficiência Auditiva	Interprete de Libras
Total	11		

Fonte: Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ano 2014.

3.4 Aspectos gerais sobre as salas de recursos multifuncionais, organização e acessibilidade do espaço escolar.

Foi constatado que a escola não possui sala de recurso multifuncional nem materiais didáticos suficientes para o atendimento aos estudantes com (AEE). Já

com relação à acessibilidade, a escola possui um banheiro adaptado, porém não possui adaptações de passagem para os estudantes deficientes físicos cadeirantes. A estrutura arquitetônica da referida escola não se encontra totalmente adaptada para o atendimento Educacional Especializado (AEE).

3.4.1 Análise do processo de inclusivo na escola

Na organização e análise dos dados coletados, alguns aspectos foram considerados determinantes para favorecer a inclusão escolar. Nesse sentido, os resultados obtidos revelaram que o processo de inclusão dos estudantes com atendimento educacional especializado (AEE), foi considerado regular sendo que 100% das respostas obtidas declararam que a falta de espaço físico adequado, material didático específico e profissionais especializados para o atendimento, representa um entrave para o processo de inclusão.

Diante do quadro exposto até aqui, vale ressaltar que a instituição de ensino contou com os recursos do governo para a melhoria do espaço físico no ano de 2013, através do programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) com o propósito de prestar assistência financeira, e complementar, às escolas públicas da educação básica tanto das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especiais que são mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como as beneficentes de assistência social, e/ou similares de atendimento direto e gratuito ao público. Apesar de este recurso englobar várias ações com o objetivo e de melhoraria da infraestrutura física e pedagógica da escola, este recurso não foi o suficiente para atender todas as suas necessidades. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Educação, há parcerias entre o Município, o Estado e a União através do Núcleo de Tecnologia e Educação do Estado (NTEs), e com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a oferta de cursos de extensão e pós-graduação, sendo que os cursos são oferecidos de acordo com a disponibilidade das instituições, não há uma corrente direta para a inclusão.

Percebe-se que o processo inclusivo vai além do simples fato do aluno estar matriculado na escola e presente em sala de aula. É preciso pensar que a inclusão

dos alunos com necessidades especiais depende do envolvimento de todos os profissionais da escola comprometidos para a construção da aprendizagem satisfatória, sejam estes diretores, coordenadores ou educadores.

Nessa perspectiva Pietro (2006) considera que “os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educativas especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos” (2006, p. 58).

3.4.2 Análise de como ocorre à inclusão dos alunos que apresentam alguma deficiência.

Quanto ao planejamento das propostas pedagógicas para inclusão, os resultados revelaram que 20% professores planejam as suas ações com o acompanhamento da professora e da monitora, e que na medida do possível procuram atender as necessidades educacionais especiais, 20 % disseram que as propostas pedagógicas acontecem de acordo com os recursos disponibilizados na instituição, 20% apontaram que elas acontecem iguais o planejamento para os outros alunos do município, e ressaltaram que o estado não oferece política pública justa, 20% reconheceu que todos têm o direito comum a matrícula como os demais alunos, e ao espaço físico comum, porém não há o oferecimento de estratégias diferenciadas a eles e 20% não opinaram sobre o assunto. E neste contexto Carvalho (2003) ressalta que:

[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes (CARVALHO, 2003, p. 59).

Atualmente a educação no Brasil e o processo de inclusão têm sido desafiados a buscar soluções as questões de acesso, e de permanência de alunos com atendimento educacional especializado (AEE) nas instituições de ensino.

Questionados a respeito do que eles consideravam mais importante para que à inclusão de fato ocorra, os resultados evidenciaram que 20% deles atribuíram a

formação continuada do professor, e o seu preparo em termos de conhecimento relativos à educação inclusiva, 40% disseram que capacitação e material de apoio para os profissionais são fundamentais, e 40% disseram que políticas públicas diferenciadas, alegaram a falta investimento contínuo na área por parte do município. Todas as escolas deveriam ter espaço físico e profissional adequado para atender a real necessidade deles.

Neste sentido, Mantoan (2008, apud SOBRINHO, 2009 p. 37), “Alerta que para o processo de inclusão realmente aconteça é necessário abandonar o comodismo decorrente de práticas homogeneizadoras, meritocráticas, paternalista e corporativas.

3.4.3 Análise das dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais.

Grande parte dos professores reconheceu que tem dificuldade para trabalhar com a educação inclusiva, sendo que 20 % dos professores disseram que sim, mas não justificou a sua resposta, 40 % informaram que mais ou menos, alegaram a falta de recursos para o aperfeiçoamento e a capacitação continuada, 40 % reportaram a falta de preparo profissional para lidar com a necessidade dos alunos, e trabalhar a educação inclusiva com 20 a 30 alunos em sala de aula sem material adequado, sendo impossível atendê-los uma vez que o barulho e a falta de tempo não ajudam no desenvolvimento dos mesmos.

Levando em considerando que todos os professores possuem graduação nas suas respectivas áreas de atuação, foram indagados se possuíam alguma formação continuada ou algum curso de especialização no que se refere à perspectiva para a educação inclusiva, os resultados revelaram que, 20% não responderam a questão, 20% informaram que não surgiu uma oportunidade para a sua formação continuada por parte do estado e do município, e 60% responderam que possuem formação em (Libras) Língua Brasileira de Sinais.

Os resultados evidenciaram que os professores participantes desta pesquisa, procuram atender os estudantes com necessidades educacionais especiais, a medida do possível. Por um lado há a burocracia nas instituições de ensino quanto à formação de profissionais da educação para o exercício ao atendimento de alunos

com necessidades educacionais especiais, e isso se torna um empecilho para que a inclusão de fato aconteça, mas também existe a comodidade do profissional para a aquisição do conhecimento, uma vez que quando há a oferta de cursos alguns profissionais não se interessam.

Portanto cabe ressaltar aqui, que a formação continuada do educador deveria ser um compromisso do estado, do município, e das instituições de ensino, para assim assegurar que todos os educadores estejam aptos para as práticas de ensino, e corresponder às necessidades de seus educandos sejam elas quais forem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história o processo educativo vem sofrendo mudanças significativas no que se refere à legislação e no campo da prática pedagógica na educação infantil, e um dos temas recorrentes na nossa atualidade e com relação aos desafios que a educação inclusiva vem enfrentando, a busca para superar uma história de preconceitos, e de segregação. Portanto a consolidação da inclusão tem sido um desafio constante a ser enfrentado pelas instituições de ensino, no sentido da mudança no modo de olhar a escola, e de adequar a escola ao aluno e não o contrário como se tem visto na maioria dos casos.

O presente estudo objetivou-se verificar como o atendimento educacional especializado (AEE) enquanto estratégia de inclusão desenvolvida em uma escola de educação infantil da rede pública do município de Goiás e inteirar-se das ações contidas no Projeto Político Pedagógico para a educação e a inclusão, saber a respeito das diretrizes legais e as políticas públicas do município voltadas ao atendimento educacional especializado, a fim de compreender as demandas e as dificuldades enfrentadas pelos educadores frente ao processo inclusivo na educação básica, verificar como acontece à elaboração e o desenvolvimento das estratégias e propostas pedagógicas no que se refere às atividades envolvendo crianças com (AEE).

Nessa perspectiva, a pesquisa revelou que o processo inclusivo dos alunos com necessidades educacionais especiais mesmo contando com o respaldo da legislação sobre a prática pedagógica, necessita ser reavaliado, uma vez que as falas registradas dos educadores apontam fatores que dificultam a implantação da proposta inclusiva.

Os próprios professores e os demais envolvidos na educação básica, ou seja, diretor, coordenador, e professores reconhecem que exercer a docência junto aos alunos com (AEE) não é uma tarefa fácil. Já as menções acerca das ações pedagógicas desenvolvidas a escola, esta se apoia no projeto político pedagógico, e na gestão escolar democrática, apesar de não mencionar itens específicos relacionados ao processo inclusivo a escola busca atender a todos os alunos seja ele com atendimento educacional especial ou não, de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos, e os recursos pedagógicos disponíveis adaptando o

currículo.

Segundo as falas dos entrevistados, as maiores dificuldades enfrentadas por eles para o atendimento educacional especializado, estão relacionadas à falta de melhoria das condições de trabalho, pois são poucos os recursos oferecidos na escola, e isso dificulta a mediação do ensino e da aprendizagem, uma vez que os alunos com (AEE) necessitam de sala de aula com materiais e recursos pedagógicos adequados às suas necessidades, para favorecer assim o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor.

Outro ponto enfatizado pelos entrevistados foi com relação ao investimento na formação continuada e na capacitação do educador, sendo que para a implantação da ação inclusiva na educação básica e fundamental o apoio em conjunto das políticas públicas do município, e do sistema educacional, que embora prestem assistência à escola em alguns aspectos deixam a desejar. Outro ponto elencado pelos professores foi com relação à família desses alunos, sendo que alguns casos os pais não conhecem o diagnóstico do próprio filho.

Diante do exposto até aqui, essa pesquisa respondeu as questões abordadas no objetivo geral e nos objetivos específicos, e nessa perspectiva podemos concluir diante das dificuldades apresentadas pelos educadores esses não se sentem preparados para atender as demandas da educação inclusiva.

Portanto, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, espera-se que tanto a equipe gestora da escola, quanto os professores e a família possam perceber o quanto são importantes na construção do saber e da autonomia de cada aluno, e que mesmo diante das dificuldades e da precariedade do sistema educacional possam refletir e compreender o seu papel na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres perante a sociedade. Sabemos que o processo inclusivo não depende somente da criação de leis, porque leis sem uma ação conjunta de pessoas, não se tornam realmente efetivas.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO CAMPO DA PEDAGOGIA

Sabemos que o curso de pedagogia destinar-se á formação de profissionais interessados em estudos seja no campo teórico-investigativo da educação ou no exercício técnico-profissional como pedagogo no sistema de ensino, escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não escolares. As possibilidades são variadas, que vão desde as organizações sociais, empresas, hospitais, equipes multidisciplinares, e em setores de recursos humanos, dentre outros.

As áreas que destaco aqui é que me chamou atenção foram à educação especial, e a pedagogia hospitalar, que são áreas da pedagogia voltada para crianças ou jovens com alguma necessidade educacional especial, e também as que ficam internadas por algum período de tempo e por isso, impedidos de frequentar a escola. Nesse contexto profissional, pretendo fazer especialização em uma dessas áreas futuramente.

Não foi fácil chegar até aqui, houve momentos de angústias, cansaço, vontade de desistir, para mim uma palavra que define todos esses momentos é a “superação”. Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, agradeço também o apoio dos colegas, dos professores, das tutoras presenciais do Polo de Alexânia, e aos tutores a distância, que sempre me atendiam e tiravam minhas dúvidas a respeito das disciplinas, obrigado por fazerem parte da minha história.

REFERÊNCIAS

1. Utilizadas no Memorial

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra: 2012.

2. Utilizadas na Monografia

(BRASIL. Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

AMBONI, Nério. **Metodologia para elaboração de trabalhos acadêmicos e empresariais**. Florianópolis: ESAG/UDESC, 1996.

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996. Art.58 Inciso I.

CARVALHO, Erenice N. S. de. Adaptações Curriculares: uma necessidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Salto para o Futuro – Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC/SEED, 1999. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

Sant'Ana, A.S Costa; R.S.L Guzzo R.S.L.G . Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.

GOFFREDO, Vera L. F. Sénéchal de. **Educação: direito de todos os brasileiros**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Salto para o Futuro – Educação Especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC/SEED, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba - ufscar.br. Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.4

www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/48/42 de LS Müller - 2010 OS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Lenita Santa Müller. 1.(acesso ao site em 01/11/2015)

www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722005000200009...sci...de IM Sant'Ana - 2005 - Abstract. SANT'ANA, Izabella Mendes. *Educação inclusiva: concepções de professores e diretores*. Psicol. estud. [online]. 2005, vol.10, n.2, pp. 227-234.

www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf(acesso em 01/11/2015).

scholar.google.com.br/citations?user=haaPcY8AAAAJ&hl=pt-BR

www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/.../Ana_Paula.pdf(acesso em 1/11/2015)

APÊNDICE 1



Universidade de Brasília - UnB
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Faculdade de Educação – FE
Curso de Pedagogia a Distância



Aluna: Vilma Gonçalves de Castro

Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacé

Análise documental e observação

1. Documentos a serem analisados:
 - 1.1 PPP (Projeto Político Pedagógico)
 - 1.2 Sobre os professores de apoio a inclusão.

2. Análise sobre o atendimento Educacional Especializado (AEE).
 - 2.1 levantar dados relacionados às práticas pedagógicas no contexto escolar.
 - 2.2 Verificar como são utilizadas as salas de recursos multifuncionais.
 - 2.3 Verificar a organização e a acessibilidade do espaço escolar.

3. Observação Geral da Escola Onélia de Oliveira.
 - 3.1 Análise de como ocorre a inclusão dos alunos que apresentam alguma deficiência.
 - 3.2 Análise das dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais.

Apêndice 2



Universidade de Brasília - UnB
 Universidade Aberta do Brasil - UAB
 Faculdade de Educação – FE
 Curso de Pedagogia a Distância



Aluna: Vilma Gonçalves de Castro
 Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacé

Prezado (a) professor (a),

Sou Vilma, aluna do curso de Pedagogia da UAB/UnB e estou desenvolvendo uma pesquisa de final de curso cujo objetivo geral é: Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no âmbito escolar em relação às crianças com necessidades especiais em três turmas de educação infantil em uma escola da rede municipal de ensino de Alexânia-GO.

Agradeço de antemão o aceite para participar desse momento importante da minha formação acadêmica.

Questões propostas

1. Como você avalia o processo de inclusão dos estudantes com Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sua escola?

- () Satisfatório
- () regular
- () Insatisfatório
- () Outros

Apresente algumas razões que justifiquem sua avaliação:

2. Como a equipe escolar planeja a proposta pedagógica para incluir os alunos em atendimento a necessidade educacional especial?

O que você considera mais importante para que a inclusão de fato ocorra?

4. Você tem alguma dificuldade em trabalhar com a educação inclusiva?

Sim Mais ou menos Não

Caso sua resposta seja mais ou menos ou não, por favor, descreva as dificuldades encontradas.

Você possui alguma formação continuada ou tem algum curso de especialização no que se refere à perspectiva para a educação inclusiva?

Sim

não

Em caso afirmativo, quais:

Em caso negativo, por quê?

ANEXO 1 – Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação - FE
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Disciplina: Projeto 5, Fase 2

Ilma. (a) Sr. (a).

Venho, por meio desta, apresentar a aluna Vilma Gonçalves de Castro que cursa nesse semestre, a Disciplina Projeto 5, Fase 2, por mim ministrada. Essa disciplina integra o currículo do curso de Pedagogia a Distância, sendo ofertada pela Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, onde exerço minhas funções docentes.

No componente curricular do **Projeto 5, fase**, os alunos “sistemizam conhecimentos culturais, científicos e técnico produzidos ao longo do curso e apresentam como resultado de pesquisa e investigação científica, o Trabalho de Conclusão de Curso”.

Dessa forma, a aluna supracitada necessita realizar pesquisa de campo no sistema de ensino local. Visando o cumprimento desse objetivo, solicito a V. Sr (a) gentileza de receber a aluna, portadora desse documento, apoiando-a no desenvolvimento de sua atividade acadêmica.

Na certeza de contar com a sua colaboração nessa importante atividade de formação docente, antecipadamente me despeço.

Cordialmente,

Professora Doutora Andréia Mello Lacé

Professora da disciplina Projeto 5, Fase 2 - UAB

Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Elza Maria da Costa



Universidade de Brasília - UnB
 Universidade Aberta do Brasil - UAB
 Faculdade de Educação – FE
 Curso de Pedagogia a Distância

Aluna: Vilma Gonçalves de Castro

Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacé

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,

Elza Maria da Costa

sob o número do CPF _____, abaixo

assinado, concordo em participar da pesquisa para a Monografia Educação Inclusiva-Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora Vilma Gonçalves de Castro sobre a trabalho e autorizo a utilização dos resultados colhidos, por meio do questionário, entrevista semiestrutura, e a análise documental da escola etc. Desde que as informações sejam tratadas com ética e para os fins desta pesquisa.

Brasília, 03 de Novembro 2015.

Assinatura do participante

**ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – CÉLIA
LOPES SARAIVA**



Universidade de Brasília - UnB
 Universidade Aberta do Brasil - UAB
 Faculdade de Educação – FE
 Curso de Pedagogia a Distância
 Aluna: Vilma Gonçalves de Castro
 Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacé

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Célia Lopes Saraiva,
 sob o número do CPF 49475800115, abaixo
 assinado, concordo em participar da pesquisa para a Monografia Educação Inclusiva-
 Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fui devidamente informado (a) e
 esclarecido (a) pela pesquisadora Vilma Gonçalves de Castro sobre a trabalho e
 autorizo a utilização dos resultados colhidos, por meio do questionário, entrevista
 semiestruturada, e a análise documental da escola etc. Desde que as informações sejam
 tratadas com ética e para os fins desta pesquisa.

Brasília, 03 de Novembro 2015.

Célia Lopes Saraiva

Assinatura do participante

ANEXO 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido IASMIM URANI DA SILVA



Universidade de Brasília - UnB
 Universidade Aberta do Brasil - UAB
 Faculdade de Educação – FE
 Curso de Pedagogia a Distância
 Aluna: Vilma Gonçalves de Castro
 Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacé

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Iasmim Urani da Silva,
 sob o número do CPF 046 868 761 09, abaixo
 assinado, concordo em participar da pesquisa para a Monografia Educação Inclusiva-
 Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fui devidamente informado (a) e
 esclarecido (a) pela pesquisadora Vilma Gonçalves de Castro sobre a trabalho e
 autorizo a utilização dos resultados colhidos, por meio do questionário, entrevista
 semiestrutura, e a análise documental da escola etc. Desde que as informações sejam
 tratadas com ética e para os fins desta pesquisa.

Brasília, 03 de Novembro 2015.

Iasmim Urani da Silva

Assinatura do participante

**ANEXO 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido IVANA
PEREIRA ABRANTES**



Universidade de Brasília - UnB
 Universidade Aberta do Brasil - UAB
 Faculdade de Educação – FE
 Curso de Pedagogia a Distância
 Aluna: Vilma Gonçalves de Castro
 Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacê

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Isomara Pereira Alvares,
 sob o número do CPF 001.300.691.67, abaixo
 assinado, concordo em participar da pesquisa para a Monografia Educação Inclusiva-
 Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fui devidamente informado (a) e
 esclarecido (a) pela pesquisadora Vilma Gonçalves de Castro sobre a trabalho e
 autorizo a utilização dos resultados colhidos, por meio do questionário, entrevista
 semiestrutura, e a análise documental da escola etc. Desde que as informações sejam
 tratadas com ética e para os fins desta pesquisa.

Brasília, 03 de Novembro 2015.

Isomara P. Alvares

Assinatura do participante

**ANEXO 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VANESSA DE ARAÚJO RODRIGUES**



Universidade de Brasília - UnB
 Universidade Aberta do Brasil - UAB
 Faculdade de Educação – FE
 Curso de Pedagogia a Distância
 Aluna: Vilma Gonçalves de Castro
 Orientadora: Professora Dr^a Andréia Mello Lacé

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,
Vanusa de Araújo Rodrigues
 sob o número do CPF 352123813-04, abaixo
 assinado, concordo em participar da pesquisa para a Monografia Educação Inclusiva-
 Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fui devidamente informado (a) e
 esclarecido (a) pela pesquisadora Vilma Gonçalves de Castro sobre a trabalho e
 autorizo a utilização dos resultados colhidos, por meio do questionário, entrevista
 semiestrutura, e a análise documental da escola etc. Desde que as informações sejam
 tratadas com ética e para os fins desta pesquisa.

Brasília, 03 de Novembro 2015.

Vanusa de Araújo Rodrigues

Assinatura do participante